

A potência estética e política dos relatos de si na fotoescrivência¹*The aesthetic and political potency of “fotoescrivência” self-narratives*Angela Cristina Salgueiro MARQUES²Gabriela Francine CAMARGO³Marcela Barbosa LINS⁴Mariana Falcão DUARTE⁵**Resumo**

Este artigo parte das noções de escrevivência e fotoescrivência, a fim de refletir acerca de processos de autodefinição e autonomia de mulheres, sobretudo de mulheres com deficiência. Argumentamos que relatos produzidos em contextos seguros de expressão e exposição podem auxiliar na elaboração de técnicas de cuidado individual e coletivo. São exploradas as relações entre fotoescrivência, experiência e relatos de si, de modo a evidenciar a importância dessa composição teórica para a construção de pesquisas que desejem refletir acerca da potência política das imagens para a transformação de condições de vulnerabilidade e opressão. Verificamos que a força política de imagens fotoescriventes está no processo de autodefinição e autovalorização das experiências singulares e compartilháveis de mulheres que não se deixam enquadrar ou controlar pela imposição de rótulos identitários.

Palavras-chave: Fotoescrivência. Experiência. Imagens. Mulheres. Vulnerabilidade.

Abstract

The aim of this article is to explore the notions of “escrevivência” e “fotoescrivência”, in order to reflect on the processes of self-definition and autonomy of women, especially women with disabilities. We argue that reports produced in safe contexts of expression and exposure can help in the development of individual and collective care techniques. The relationships between fotoescrivência, experience and self-narratives are explored, in order to highlight the importance of this theoretical composition for the construction of research that wishes to reflect on the political power of images for the transformation of conditions of vulnerability and oppression. We verified that the political force of

¹ A realização deste trabalho contou com o apoio do CNPq, da CAPES e da Fapemig.

² Pós-doutora em Comunicação pela Université Stendhal, Grenoble 3. Professora do Departamento de Comunicação Social da UFMG. E-mail: angelasalgueiro@gmail.com

³ Graduada em jornalismo pela UFMG. Pesquisadora de Iniciação Científica (CNPq/UFMG). Membro do grupo de pesquisa Margem. E-mail: g_fc@outlook.com

⁴ Doutoranda em Comunicação Social pelo PPGCOM da UFMG. E-mail: marcela.lins@gmail.com

⁵ Doutoranda em Comunicação Social pelo PPGCOM da UFMG. E-mail: melfalcao@gmail.com

photowriting images is in the process of self-definition and self-valorization of the unique and shareable experiences of women who do not allow themselves to be framed or controlled by the imposition of identity labels.

Keywords: Fotoescrivência. Experience. Images. Women. Vulnerability.

Introdução

Neste trabalho, a noção de fotoescrivência é apresentada como capaz de auxiliar no processo de empoderamento pela autodefinição (COLLINS, 2019), pela criação de espaços de afeto e troca de experiências, promovidos em uma rede de relações transversais, cada qual apresentando combinações variadas de imagens identitárias impostas e autodefinições. Argumentamos que o conceito de cuidado, aqui entendido não como o provimento de necessidades básicas para a sobrevivência, mas como ação política que configura a responsabilidade ética pela alteridade, pode ser redefinido nas fotoescrivências, sobretudo quando, no caso aqui analisado, mulheres com deficiência fraturam dispositivos de controle e opressão.

Ao enfatizar a autodefinição como um dos processos centrais da fotoescrivência, tentamos mostrar, amparadas por autoras do feminismo negro, como a relação recíproca entre mulheres questiona não apenas o que já foi dito sobre elas, mas a credibilidade e as intenções daqueles que têm o poder de defini-las. Quando ocorre a oportunidade de autodefinição, é possível rejeitar o pressuposto de que aqueles que detém o poder de interpretar a realidade têm sempre o direito de fazê-lo.

O gesto de ouvir e valorizar histórias de outras mulheres é vital para a forma de fotoescrivência aqui analisada, pois falar e ser escutado é uma das ações mais valiosas para a transformação política. Assim, uma mulher modela sua história em conjunto com outras, de modo a responder positivamente ao apelo político por uma mudança no imaginário social. Há uma responsabilidade ética nesse gesto: elaborar traumas e alegrias para a realizar um exercício de escuta ativa e hospitaleira, que por sua vez, conecta os âmbitos da individualidade e da coletividade. As pessoas aprendem a navegar suas vidas ao redor de certas realidades e, às vezes, recusam-se a fazer isso; mas a fotoescrivência, esse encontro de hospitalidade entre fotógrafo e fotografado, presta atenção tanto às negociações com realidades, quanto às recusas ao engajamento com realidades e instituições.

Na escrita de si proporcionada pela fotoescrivência vemos atuar uma narrativa feita a várias mãos, nas quais, em vez da lógica falocêntrica da acusação e da censura, predomina o trabalho mais sutil de reconstrução das mulheres e de sua rede de relações. São mulheres sobreviventes que criam mundos possíveis, a partir da sedimentação de ideias, sentidos, gestos e práticas que lhes asseguram um trabalho paciente de tessitura e retessitura constante de uma sabedoria que consiste em fabricar arranjos, articulações e gambiarras para alterar a situação de vulnerabilidade em que se encontram, permitindo a emergência de transformações, de sobressaltos. Assim, apostamos na ideia de que a fotoescrivência pode permitir às mulheres a criação de alternativas próprias de ser e estar no mundo.

Ao abordar, ainda que brevemente, a fotoescrivência de mulheres com deficiência, buscamos mostrar que é possível redefinir a relação que se estabelece entre o fotógrafo, o fotografado e o espectador, de maneira a repensar a autonomia como prática do olhar que nos engaja a partir de uma responsabilidade moral e ética. Tal responsabilidade se distancia da empatia, da pena, da compaixão e da misericórdia: ela deve elaborar uma negociação constante acerca da maneira como a esfera política governa as pessoas e coletividades através da imposição de quadros de sentido que desfiguram e silenciam. Desejamos mostrar que a fotografia pode produzir regimes de visibilidade que interferem na compreensão de como algumas populações estão mais expostas à catástrofe do que outras. Comentando os processos de fotoescrivência protagonizados pela fotógrafa cadeirante Maria Paula Vieira, mostramos algumas nuances de encontros cuidadosos e hospitaleiros com outras mulheres com deficiência, produzindo imagens capazes de fabular fotoescrivências transformadoras.

Escrevivência e fotoescrivência como relatos de si

Uma importante forma de escritura voltada para a elaboração da própria experiência tem sido associada ao trabalho de Conceição Evaristo (2020), para quem a escrita nasce do cotidiano, das lembranças, das experiências derivadas da vida do sujeito e de seus próximos. Escrevivência é uma palavra criada pela autora, assinalando que todas as pessoas possuem suas escrevivências e são capazes de experienciá-las, e está disseminada por sua literatura. As escrevivências surgem das experiências pessoais, da

busca pelo entendimento do que nos rodeia, das investigações das vidas e das desventuras de pessoas que estão próximas (EVARISTO, 2020).

É essencial pontuar que as escrevivências são escritas de vivências negras coletivas, entendendo que os sujeitos são partes de grupos sociais e que a história de um é também a história de muitos, ainda que dentro delas exista uma diversidade infinita. Evaristo nos apresenta assim uma escrita de sujeitos coletivos, como uma prática antirracista e que denuncia os abusos da branquitude, os resquícios da colonização, as violações do patriarcado branco e os limites impostos pelas injustiças e violências. (SALIS et al., 2021). Não se trata de uma contemplação distanciada, mas assume a expressão de um incômodo com o estado de coisas, ou mesmo de uma tentativa de interrogar o mundo e as pessoas acerca de como elas fazem para continuar vivas, apesar de tudo.

A escrevivência abrange também o processo de autoinscrição do sujeito em um mundo que está em construção, através do encontro e da partilha com os outros que estão próximos, que possuem experiências afins e que anseiam pela possibilidade de transformação. Segundo Evaristo (2007), sua proposta de escrita envolve a memória, o cotidiano, o que acontece no aqui e agora, marcando os corpos, as vidas, as formas de narrar e de enfrentar o mundo. A escritora conta que seus relatos, à princípio, tiveram o objetivo de fazer ecoar uma história silenciada, a história de mulheres negras que não podiam dizer, escrever, narrar seus sofrimentos e dores. Assim, as escrevivências dessas mulheres traziam sentimentos e palavras que incomodavam, que deslocavam as pessoas de seus lugares e traziam a oportunidade de uma escuta atenta das narrativas pessoais e coletivas.

É uma escrita em que o sujeito se coloca no seu espaço de pertença, no seu espaço de nascença, no espaço de vivência – porque o deslocamento cria elos afetivos, com o lugar que ele passa a habitar, além da memória do espaço e de onde ele veio. Normalmente, o texto acaba muito fincado nesses espaços, que eu chamo também de geografia afetiva. O sujeito vai narrar fatos muito próximos de sua vida ou da sua coletividade, e isso é uma forma, uma produção, sem sombra de dúvida, de uma escrevivência. (EVARISTO, 2007, p.18).

Quando considera as opressões e silenciamentos vivenciados por mulheres negras, Evaristo (2007) enfatiza o quanto a escrevivência busca provocar inquietação, dissenso e transformação. Há uma poética política no centro da escritura que deseja, ao mesmo tempo, “dar um soco no estômago ou no rosto de quem não gostaria de ver determinadas

temáticas ou realidades transformadas em ficções” (EVARISTO, 2020), mas também a transformação de condições que geram opressões e injúrias.

Logo, os textos da escrevivência não surgem do nada, mas das experiências de quem escreve, de forma que o/a autor/a transpõe para o seu texto quem é, suas crenças e suas lutas, bem como o que já viu, ouviu e viveu (TAVARES; PORFÍRIO, 2021). Como afirma Evaristo (2007), a escrita surge a partir da observação do espaço em que se vive, das pessoas que são capazes de a afetar e, assim, virarem personagens. Além disso, a autora afirma acreditar que é difícil que a subjetividade de um escritor não contamine sua escrita:

De certa forma, todos fazem uma escrevivência, a partir da escolha temática, do vocabulário que se usa, do enredo a partir de suas vivências e opções. A minha escrevivência e a escrevivência de autoria de mulheres negras se dá contaminada pela nossa condição de mulher negra na sociedade brasileira. Toda minha escrita é contaminada por essa condição. É isso que formata e sustenta o que estou chamando de escrevivência. (EVARISTO, 2017, online).

De acordo com Mariana Feldhues, fotografias também podem compor escrevivências, ou seja uma prática fotográfica que “se debruça na materialização de memórias e narrativas individuais e coletivas, em torno da existência e resistência” (2021, p.3) que visam transformações profundas em relações de opressão e desigualdade. A partir do trabalho de Vilma Neres (2021), Feldhues argumenta que é possível compor poéticas de escrevivência com o auxílio de fotografias, desde que compreendamos que as imagens não são representações imparciais dos acontecimentos, mas sim, correspondem a um dispositivo muito complexo de inscrição e aparecimento dos corpos, suas memórias e dizeres que interfere nas relações entre fotógrafo, fotografado e espectador. Fotoescrevivências tornam visível o que geralmente é invisibilizado, não dito, apagado: elas resistem a estereótipos e causam incômodos, rasuras, fissuras nas narrativas já dadas e naturalizadas. Fotoescrevivências performam uma abertura à especulação, àquilo que é constantemente suprimido das reflexões e das afetações cotidianas.

Escrevivências e fotoescrevivências podem ser caracterizadas como relatos de si e, antes de explorarmos com detalhes o conceito de fotoescrevivência, acreditamos ser importante termos clareza acerca da noção de relatos de si. Em seu livro “A aventura de contar-se”, Margareth Rago (2013) define os relatos de si (*récits de soi*) como uma prática emancipatória, no sentido de que os sujeitos que relatam sua experiência a um interlocutor se reinventam, costuram sua subjetividade a outras trajetórias, identificam conflitos,

frustrações e vitórias, utilizando a narrativa (o relato oral ou escrito) como ferramenta política. Assim, relatar-se é uma experiência intensa, miúda e constante de construção e identificação de outros modos de ser, pensar, agir e existir em prol da autonomia e emancipação, sobretudo quando tratamos de mulheres.

Partindo do pressuposto de que o sujeito não preexiste aos acontecimentos, mas constitui-se na ação e em redes de relações em que vivencia experiências, Rago define a subjetivação como “os processos pelos quais se obtém a constituição de uma subjetividade, ao contrário dos modos de sujeição, que supõem obediência e submissão aos códigos normativos, como ocorre com a emergência da sociedade disciplinar” (2013, p.43). A subjetivação engloba os relatos de si, na medida em que eles fornecem possibilidades de invenção de novos modos de existência, construídos a partir de outras relações de si para consigo e para com o outro, capazes de escapar ao controle individual e coletivo feito pelas instituições e pelo governo.

De acordo com Machado (2015), os relatos de si auxiliam os indivíduos a perceberem-se a si mesmos como sujeitos políticos, dotados de capacidade expressiva e de escuta, uma vez que passam a prestar atenção aos próprios movimentos e respostas, a escutar-se e escutar o outro de forma mais sistemática, buscando encontrar aquilo que os define, que define o outro e o que nomeia problemas e sofrimentos. Nesse sentido, o relato de si é uma das maneiras de examinar os próprios passos para adquirir uma firmeza de orientação. Esse exercício possibilita a criação de relações consigo e com os outros que forneçam um contexto imediato de reconhecimento de valores em uma comunidade. A autodefinição identitária, resultante dessas práticas narrativas, abrange não só as identidades singulares, mas as identidades coletivas, que são importantes quando se trata de pensar na recomposição de vínculos entre sujeitos e minorias, bem como, é possível identificar nos relatos temporalidades individualizadas e temporalidades comuns, marcando a constante passagem entre o particular e o comunitário (COLLINS, 2019).

Sob esse aspecto, exploramos como o modo de oferecer um relato de si mesmo não se confunde com narrar acontecimentos somente, mas implica expor um modo de vida, além de um retorno a si mesmo depois de ter sido interpelado pelo outro. Ou seja, o relato de si, de acordo com Butler (2015) convoca um trabalho sobre si, entendendo esse si não como uma instância substantiva, ou um núcleo imutável, mas como uma potencialidade relacional, uma zona de constituição da (inter)subjetividade.

Além disso, é importante lembrar que o relato de si se desenvolve em uma cena de interpelação na qual, segundo Butler (2015), se desenvolve uma ética da responsabilidade tanto com relação à veracidade do relato, quanto ao tipo de vínculo que ele pode estabelecer com os interlocutores. O relato é sempre uma ação voltada, ao mesmo tempo, para a autorrevelação, a autotransformação e configuração dos termos e esquemas de inteligibilidade que definem quem fala e para quem fala. Ou seja, permite ao indivíduo examinar criticamente sua condição em relação aos discursos normalizadores, em busca da afirmação de novos modos de expressão subjetiva, política e social.

Segundo Rago (2013), por meio do relato de si a experiência vivida torna-se uma experiência social, matéria constitutiva da existência autônoma do indivíduo como sujeito político relacional, capaz de negociar com os outros as condições de sua existência. Além disso, a ação de escrever-se é uma forma de transformar o vivido em experiência, “marcando sua própria temporalidade e afirmando sua diferença na atualidade” (RAGO, 2013, p. 56). O processo de elaboração de um relato de si necessita de uma articulação entre a rememoração e o trabalho ativo sobre o passado para que ele dialogue constantemente com o presente a fim de alterar o futuro.

É indispensável mencionar que uma escrita de si também pode ser traçada por meio de imagens (fotografias, pinturas, desenhos, vídeos), por meio de colagens, costura (bordados, patchwork, crochê) ou mesmo pela dança e pela música. John Berger (2017), por exemplo, afirma que a fotografia é o processo de tornar a observação consciente de si mesma. Tendo como matérias-primas a luz e o tempo, a fotografia estabelece uma outra relação com o instante ou com essa imediatez compositiva. Ele ressalta como a produção de imagens configura um gesto político no qual o sujeito pode promover um deslocamento e uma ruptura com paisagens homogêneas, de concordância geral e assujeitamento. Fotografar a si mesmo, longe do gesto automático de compor uma selfie, pode se tornar uma ação de posicionamento, de reconfiguração de outras corporeidades que desvelem “potências, reconfigurarem regimes de visibilidade e questionem ordens discursivas opressoras” (RAGO, 2013, p.47).

Da mesma forma, é possível dizer que as mídias digitais e, sobretudo, as redes sociais, como o Facebook e Instagram, abriram uma possibilidade de estimular escritas de si que não sejam apenas biografias que reproduzem a ordem do consumo e da

felicidade meritocrática, mas que possam também se configurar como espaços de produção de relatos orais, visuais e escritos como textos autobiográficos transformadores.

Fotoescrivências como experimentações transformadoras

Segundo Feldhues (2021) e Neres (2021), fotoescrivências resultam de um encontro singular e hospitaleiro entre fotógrafo e fotografado, no qual há um avizinhamento respeitoso, pautado pela escuta atenta, pela abertura e acolhimento à experiência do outro, da outra. Neres discute como fotógrafas e fotógrafos documentam as memórias de indivíduos e comunidades negras na Bahia, produzindo narrativas que resultam de uma parceria de registro e reinvenção, rememoração de suas vidas. Ao mesmo tempo, Feldhues afirma que fotoescrivências costuram passado, presente e futuro ao recuperarem relatos marcados nos corpos, na pele, nos gestos, nos olhares. Essa costura requer um desenho paritário entre fotógrafo, fotografado e espectador. Isso porque a fotoescrivência demanda um grande cuidado na construção da cena de aparecimento dos corpos: as posições, as vestimentas (ou a falta delas), a iluminação, a escolha dos acessórios e objetos, a produção dos títulos e legendas, a construção das poses e, principalmente, a escolha compartilhada das narrativas que serão contadas através dos registros imagéticos.

No caso do trabalho de Neres (2021), a fotoescrivência começa no momento de produção das imagens: as mulheres que foram convidadas para participar da pesquisa tiveram muita liberdade na proposição das poses, da definição dos roteiros e da produção das imagens. Nada aconteceu de maneira impositiva, sempre dialogada, com trocas que também misturaram nossas experiências e acionaram vários afetos. As mulheres fotografadas acompanharam todo o processo de produção das fotos e tiveram acesso às suas imagens, ajudando também a escolher aquelas que melhor expressavam suas experiências.

Percebe-se que, a intenção ao construir fotoescrivências era lançar luz a relatos de si que propagassem vozes femininas, mas sem apenas replicá-las, e que também pudesse ir além da voz como fotógrafa e artista. A proposta de entrevistar diferentes mulheres, tomando como ponto de partida sua relação com o próprio corpo, com as marcas presentes em seus corpos, suas dores e alegrias, suas opressões e resistências,

colocou em diálogo uma teia de experiências, apoiada em suas próprias vozes e existências enquanto mulheres.

Desse modo, o registro fotográfico é uma construção coletiva, pois se faz em comunhão, mas com ressignificações individuais. A fotoescrivência foi produzida por quem estava sentindo, vendo e observando atentamente os detalhes e escutando profundamente os silêncios, pois são esses caminhos do afeto que levam as experiências a serem transformadoras (SALIS et al., 2021).

Portanto, quando mulheres com deficiência são fotografadas por uma mulher com deficiência, por exemplo, parece tornar possível a construção de um espaço e de um tempo favorável à elaboração de mundos nos quais há passagens constantes entre sofrimentos e alegrias, potências e lutos e de reelaboração, numa criação e recriação constantes. Certamente, as opressões de gênero são vividas de maneiras diferentes pelas mulheres. Não podemos falar do feminino como sendo universal: compreendemos a impossibilidade de se retratar em um só produto todas as possibilidades de existência femininas, sob pena de violentar a diversidade de formas de vida de ser e se perceber mulher. Aceita-se que uma representação é parcial, falível, mas contribui para formas insubmissas de aparecimento.

As fotoescrivências configuram relatos de si que não derivam apenas das experiências subjetivas, mas que revelam o resultado de um encontro marcado pela hospitalidade. Como destaca Butler “ao fazer um relato si mesmo, o sujeito estabelece ou não uma relação com aquele a quem se dirige seu relato, e as duas partes da interlocução se sustentam e se alteram pela cena de interpelação” (2015, p.21). Inscrever-se na imagem e no texto é marcar sua própria temporalidade e afirmar sua diferença na atualidade. Assim, o eu de que se trata não é uma entidade isolada, mas um campo aberto de forças que se contrapõe às imagens que o poder hegemônico e patriarcal impõe sobre as mulheres, gerando uma outra imagem de si, aquela pela qual se quer ser percebida.

É importante destacar que as imagens podem tanto ser usadas como instrumentos de opressão, quanto como remédios de defesa e cura (FELDHUES, 2021). Quando imagens são construídas a partir da simetria, da consideração e da escuta hospitaleira elas atuam como fonte de autodefinição e autoestima, recusando imagens feitas para subjugar, acusar e punir. Construir imagens que atuam para preservar a dignidade das vidas é uma das dimensões das fotoescrivências que, segundo Neres, funcionam para mostrar como os fotografados atuam “como pares que assumem o protagonismo de suas ações, em um

exercício de esboçar perspectivas que refletem interesses e experiências pessoais e, igualmente coletivas. O objetivo é sustentar narrativas visuais que ultrapassam a ideia de memória individual, forjando também uma memória coletiva e social” (2021, p.13).

Sob esse aspecto, a imagem fotográfica pode erguer sua voz, sua experiência, tornando-a audível no processo de elaboração de espaços partilhados de escuta. E, por isso, por permitir seu aparecimento, faz emergir o lugar da política. Esse lugar de exposição e emergência da multiplicidade do feminino e, ao mesmo tempo, de criação de uma cena na qual se dá o surgimento de uma pequena comunidade de partilha. O importante é que a representação fotográfica permita a emergência de uma escuta atenta, pois a dignidade do ser humano é construída por meio de um olhar que escuta o relato e responde a ele construindo uma relação política, ética e comunicativa de acolhimento a partir da precariedade comum que enlaça o fotógrafo, o fotografado e o espectador (FELDHUES, 2021).

No nosso caso, por exemplo, o jogo entre a fotógrafa, as fotografadas e as espectadoras é marcada pela tentativa de construir uma fotoescrivência em que a dignidade de cada experiência do feminino e da deficiência seja construída e reconstruída por meio de um olhar que escuta, que considera. Contemplar o rosto numa imagem ou o rosto da imagem significa estabelecer com ela uma relação ética, uma relação de implicação, de afetação e de interpelação que nos torna disponíveis à escuta, ao diálogo e à reciprocidade, instaurando uma via de acolhida do outro, sem reduzi-lo a si mesmo (MARQUES; MARTINO, 2016).

Na fotoescrivência, a imagem fotográfica pode permitir o aparecimento da potência de uma corporeidade e de sua presença no mundo, que faz emergir o lugar da comunicação, da reciprocidade. Conceição Evaristo chama a atenção para a dificuldade de se produzir escrituras uma vez que trata-se de inventar uma escritura que escuta não apenas os relatos leves dos bons sonhos e das pequenas felicidades, mas também os gritos de dor, de agressão à carne, de violação das possibilidades de se manter vivo: “na origem da minha escrita ouço os gritos, os chamados das vizinhas debruçadas sobre as janelas, ou nos vãos das portas contando em voz alta uma para outras as suas mazelas, assim como as suas alegrias. Como ouvi conversas de mulheres! Falar e ouvir entre nós, era talvez a única defesa, o único remédio que possuíamos” (2007, p.21).

Assim, junto com Evaristo (2020), apostamos em fotoescrivências que configuram caminhos que borram e rasuram imagens de controle e de desrespeito. Além

disso, as fotoescrivências podem articular experiências de mulheres diversas, aproximando pessoas, realidades, condições multifacetadas em prol de transformações institucionais e políticas capazes de garantir maior autonomia e reconhecimento às vidas femininas. Evaristo ressalta que escrituras estão fundamentadas na autoria de mulheres negras, mas que podem ser porosas à articulação com relatos e narrativas de outras mulheres atravessadas pelas opressões e dominações do patriarcado. Para ela, as articulações amplificam o poder que a escritura possui de incomodar, de fraturar os dispositivos de silenciamento, da maneira a mais poética e política possível. É assim que a escritura produz uma “geografia afetiva” (EVARISTO, 2020): ela articula os sujeitos a partir de seus pertencimentos individuais e coletivos, trazendo para perto uma variedade de outros sujeitos e coletividade que se identificam com as narrativas enredadas e tramadas em mosaicos comunitários.

Buscamos, então, mostrar como as fotoescrivências podem proporcionar o gesto de avizinhar-se de si mesma avizinhando-se das existências entrelaçadas aos relatos de mulheres. Segundo Rago (2013, p.47), as mulheres, ao narrarem acontecimentos de suas vidas, borram as fronteiras entre público e privado, ficção e realidade, intimidade e política, o eu e o mundo, se tornando especialistas que na arte da transgressão e do questionamento dos mecanismos de sujeição, a força e os modos da linguagem estabelecida social e culturalmente, linguagem que tem o masculino branco como referência e norma.

Por exemplo, as fotografias que compõem este trabalho tentam mostrar como a imagem pode elaborar a experiência da deficiência para além dos modos estabelecidos pelo imaginário naturalizante. As fotoescrivências que tentamos analisar visam produzir deslocamentos em um estereótipo que atua pela homogeneização e romantização das vivências de mulheres com deficiência. Assim, buscamos os procedimentos expressivos para fazer esse enfrentamento.

As fotoescrivências nos convidam a pensar a deficiência tanto pelas vias de sua instituição, controle e poder opressor, quanto por suas complexidades, desvios e potências. Elas complexificam nossa mirada, na medida em que tornam possíveis ou não a existência de outras formas de experiência e inserção relacional em comunidades de alianças para suas protagonistas. Existem outras formas de se ver e elaborar a deficiência que tensionam as narrativas sacrificiais, e partir em brechas que se abrem para fabular vivências que se desviam das normas e saberes previamente constituídos. O gesto das

fotoescrivências guarda uma espécie de sabedoria subversiva, fruto de experiências que apenas certos corpos podem suportar. Na contramão do estereótipo predominante, acreditamos que as fotoescrivências podem tecer a deficiência como um espaço no qual as mulheres se expressam e descobrem o poder da autodefinição, dos vínculos de pertencimento, de afeto e de identidade.

Fotoescrivências como fabulações de reexistência

A elaboração de uma fotoescrivência requer a promoção de um encontro: é preciso promover um espaço de escuta no qual os interlocutores envolvidos na produção da imagem possam se olhar, se escutar e trocar impressões acerca de seus sentimentos, pensamentos e ideias. No processo de escrita desta monografia tivemos contato com o trabalho de várias mulheres fotógrafas com deficiência que também fotografam mulheres com deficiência⁶. Entre elas, o trabalho da fotógrafa ativista Maria Paula Vieira nos chamou a atenção. Em uma entrevista concedida à revista *Steal the Look*⁷, em 2021, Maria Paula conta que buscou sua afirmação profissional a partir de um processo de autodefinição, que contrariou discursos capacitistas e narrativas de superação (ambos desumanizantes), de modo a ressignificar suas experiências e compartilhar suas ideias e desejos com uma rede de apoio e amizade.

⁶ Ver em: <https://www1.folha.uol.com.br/cotidiano/2022/09/mulheres-com-deficiencia-falam-de-sexualidade-e-de-relacionamentos-nas-redes-sociais.shtml>

⁷ Ver em: Moda e inclusão: tudo sobre o estilo da fotógrafa e ativista Maria Paula Vieira » STEAL THE LOOK <https://stealthelook.com.br/moda-e-inclusao-tudo-sobre-o-estilo-da-fotografa-e-ativista-maria-paula-vieira/>.

Figuras 01 e 02: Maria Paula em ensaio fotográfico.



Fonte: Steal the Look, 2021.

Ler as narrativas de vida dessa fotógrafa nos ajudou a compreender como o processo da fotoescrivência produz espaços seguros de afeto, em especial, para o compartilhamento de relatos que iluminam reciprocamente a experiência de mulheres com deficiência. A fotoescrivência envolve um tipo de empoderamento que nasce de uma articulação cuidadosa entre a experiência singular de alguém e as experiências diversas que chegam para formar constelações de sonhos, anseios, conhecimentos e ações. Maria Paula⁸ nos revela um processo de empoderamento, que possui, inclusive, sua força na escuta afetiva das mulheres que a rodeiam: “As mulheres da minha vida me inspiram muito também, como a minha mãe, irmã, amigas e até outras que já passaram por mim. Inclusive a exposição que criei “mães invisíveis”, nasceu quando eu estava observando amigas com deficiência que são mães e o que elas vivenciam no dia a dia, o apagamento delas”, conta ela.

A exposição mencionada por Maria Paula, traz essa dimensão de como a fotografia promove o jogo afetivo e hospitaleiro de receber o corpo de outras mulheres a

⁸ Ver em: <https://revistatrip.uol.com.br/tpm/mulheres-deficientes-e-autoestima-como-a-internet-ajuda-cadeirantes-a-se-sentirem-mais-bonitas>

partir do olhar e da lente da objetiva. É como se o corpo da fotógrafa pudesse colocar-se como um “olho à escuta” de mulheres com deficiência. Intitulada “Mães Invisíveis”, a exposição contou com 20 fotografias que foram acompanhadas de depoimentos de diferentes mães com deficiência, produzindo uma trama de narrativas e histórias de mulheres que desejam ser reconhecidas para além das imagens estereotipadas e capacitistas que teimam em povoar o imaginário coletivo.

É importante mencionar o modo como Maria Paula elabora relatos de si e autodefinições a partir do encontro, da escuta e da troca de olhares com outras mulheres com deficiência. Junto com diferentes mulheres com deficiência, a fotógrafa consegue produzir fotoescrivências que desafiam imagens preconceituosas e auxiliam na elaboração do autoconhecimento e da autodefinição. É nesse espaço seguro e crítico da fotoescrivência que elas criam condições para a produção de um olhar opositor: “As pessoas não conseguem ver beleza em mulheres com deficiência, não acreditam que mulheres com deficiência são bonitas, sensuais, tanto que muitas vezes o que mais ouvimos são preconceitos disfarçados de elogios como “nossa você é tão bonita, nem parece deficiente” ou “você é tão bonita, pena que é deficiente”, conta Maria Paula. A seguir estão algumas fotos que fizeram parte da exposição:

Figuras 03, 04, 05 e 06: Exposição Fotográfica de Mães Invisíveis.



Fonte: ViaQuatro, 2020.

As imagens acima nos revelam com as possibilidades de autodefinição para mulheres com deficiência estabelecem-se a partir da “organização de uma voz que possibilita o controle da narrativa a respeito de suas próprias experiências” (BUENO, 2020, p.136). Nesse caso, o empoderamento não significa conquistar algo pelo próprio esforço ou mérito, mas abrir um espaço de jogo na imagem que permita a construção da autoconfiança e da confiança intersubjetiva como resultado do refazimento de vínculos de reciprocidade e respeito.

Isso significa incentivar uma forma de empoderamento que foca no fortalecimento da confiança como algo a ser trabalhado pelo próprio sujeito sempre em relação com outros, fazendo com que mulheres localizem, identifiquem e tematizem seus problemas cotidianos, permitindo adequá-los aos conhecimentos vindos de suas trajetórias e de suas rotinas, sem desconsiderar os contextos, as situações socioculturais e as interseccionalidades (HOOKS, 2019). Fotoescrivências podem ampliar a confiança pessoal e intersubjetiva, questionando a compreensão equivocada de que a vulnerabilidade pode ser eliminada, “o estereótipo da mulher como forte, resiliente, apta a superar todas as privações e necessidades é um exemplo nesse sentido” (BUENO, 2020, p.94).

Sob esse aspecto, a produção de fotografias de mulheres com deficiência por mulheres com deficiência instaura uma sensibilidade que permite deslocamentos no olhar. Não se trata da substituição de estereótipos negativos por estereótipos ostensivamente positivos, pois essa ação pode ser igualmente problemática, caso a função dos estereótipos como mecanismo para controlar imagens permaneça velada. A construção de um olhar oposicional pela fotoescrivência nos possibilita afirmar que quando mulheres definem a si próprias, claramente rejeitam a suposição de que aqueles que estão em posições de se outorgarem a autoridade de descreverem, analisarem e nomearem a realidade têm o direito de estarem nessas posições (HOOKS, 2019). Por isso, o ato de insistir na autodefinição de mulheres com deficiência valida seu poder enquanto sujeitos humanos, dotados de valor e de estima social.

O trabalho realizado por Maria Paula, entre tantas fotógrafas com deficiência que também decidem fotografar outras mulheres com deficiência, revela como a dialogicidade entre imagens constrói um espaço biográfico que busca dar conta da coexistência de vários conflitos e experiências que articulam trajetórias e vivências (ARFUCH, 2009). Esse espaço biográfico não atua como um espaço de acumulação de

experiências, mas como um enredo, uma intriga que organiza e confere inteligibilidade à trajetória de vida de alguém. A construção de tal espaço é reflexiva e relacional, pode reconfigurar a subjetividade e transformar a forma de vida que orienta os passos e a conduta ética de um sujeito.

Há um valor ético importante no trabalho de elaborar uma narrativa autobiográfica, porque ela tende a colocar em ordem a vida de quem conta e também do destinatário. Esse tipo de narrativa busca uma abordagem ética do vivido, e não apenas contar ou relatar fatos. Assim, como destaca Arfuch (2010), tornar a própria experiência visível e partilhável requer dar conta dos processos históricos, dos discursos e enquadramentos que posicionam os sujeitos e produzem suas existências. Não se pode aqui afastar linguagem e experiência, nem desconsiderar a capacidade que os discursos possuem de posicionar os sujeitos e demarcar suas inserções sociais.

Sob esse aspecto, relatos de si elaborados por mulheres podem apresentar uma escritura feminina, mas não no sentido da afirmação de uma essência, mas como o produto de uma sensibilidade construída cultural e performativamente (ARFUCH, 2010). Uma escritura feminina traz marcadores que sinalizam afetos partilhados, detalhes sentidos e indicadores que se conectam com uma vontade de qualificar eticamente o cuidado como responsabilidade de amparo político para a transformação das condições de vulnerabilidade nas quais se encontram várias mulheres. Nesse caso, a escrita de si é elaborada no contato comunicativo e hospitaleiro entre fotógrafa e fotografadas, as imagens são produzidas não como representações de um real já dado, mas como operações que organizam visibilidades e legibilidades.

Uma imagem é sempre uma relação de imagens, uma dialogicidade que pode ser entendida como um arranjo complexo de elementos, que dão um certo sentido de realidade. Assim, fazer imagens é criar um sistema que organiza e estrutura o que se dá a ver; olhando as condições em que algo pode ser visto. A imagem, enquanto operação que dispõe as coisas de uma dada maneira, pode tanto enraizar preconceitos e violências, quanto fraturá-los (CALDERÓN, 2020).

As transformações promovidas pelas imagens configuram visibilidades que interferem na forma como algumas questões são percebidas e pensadas na sociedade. As imagens configuram, assim, uma operação crítica, que rearticula relações de poder, alterando imaginários e desestabilizando formas consensuais de pensar a experiência.

Por isso acreditamos que a imagem pode ser entendida de modo mais amplo que seus elementos visíveis: ao deslocarmos o olhar do sentido denotativo da imagem, é possível olhar para a imagem e perceber a figuração dos sujeitos. Argumentamos, junto com Andrea Soto Calderón (2020), que a imagem pode tornar sensível, ou seja, pode tornar acessível uma dimensão da forma de vida de sujeitos em situação de vulnerabilidade que geralmente não são dadas a ver na superfície das fotografias que circulam entre nós no cotidiano.

Segundo Calderón (2020), as imagens performam visibilidades e sentidos, ressignificam, trazem à vida aspectos antes não observados. Imagens, segundo a autora, são como operações que dispõem e organizam as coisas de uma certa maneira, produzindo enunciados, discursos e formas de vida, ou seja, as imagens podem contribuir para construir visibilidades para realidades que precisam de signos concretos para serem imaginadas. Assim, elas não se reduzem ao visível, mas são operações que criam um sentido de realidade.

Nas fotoescrivências, as imagens possuem uma agência: elas deslocam e abrem brechas para o imprevisto, modificando o regime de visibilidade. A performatividade das imagens estaria ligada, para Calderón, à forma como as imagens podem fazer aparecer certos acontecimentos, elementos, corpos e realidades que ainda não tinham sido imaginadas pelas pessoas. Nesse sentido, as imagens também têm a capacidade de interromper os fluxos midiáticos consensuais, de gerar conflito, de trazer outras visibilidades para o debate social, provocando polêmicas. As imagens configuram, assim, uma operação crítica, que rearticula relações de poder, alterando imaginários e desestabilizando formas consensuais de pensar a experiência.

Portanto, a questão consiste em refletir acerca das operações estéticas e políticas que tornam possível uma dada imagem. Sob esse aspecto, “o problema não reside na validade moral ou política da mensagem transmitida pelo modelo representativo, mas no próprio dispositivo que o configura”⁹ (CALDERÓN, 2020, p.48). Assim, as imagens não representam simplesmente algo acabado, mas são um campo de exploração (2020, p.57). O fato de as imagens estarem em contínuo processo de construção faz com que elas atuem sobre o mundo, sobre a percepção dos sujeitos e sobre a maneira como percebemos e compreendemos uma determinada realidade situada e contextualizada. O importante é

⁹ No original: "el problema no reside en la validez moral o política del mensaje transmitido por el dispositivo representativo, sino en el dispositivo mismo".

buscar compreender o que faz as imagens funcionarem e a forma como elas afetam nossa experiência e nosso olhar.

Considerações finais

Desse modo, o processo da fotoescrivência revela que enquadramentos e representações são fundamentais para alterar os imaginários que embasam novas possibilidades de ser, existir e se posicionar como sujeito em um mundo fortemente marcado por assimetrias e opressões. A autorrealização fica comprometida quando representações negativas atuam como esquemas de inteligibilidade, gerando operações discursivas movidas por crenças, valores, que ancoram e reiteram imaginários.

Na fotoescrivência, o conhecimento vivido de mulheres com deficiência é, assim, o reconhecimento de que suas subjetividades e identidades vem sendo invalidadas de diferentes formas. Ao mesmo tempo, é o reconhecimento das possibilidades de tematizar a importância dos conhecimentos experimentados no corpo, na pele, no espaço afetivo das amizades e laços familiares para a construção da autonomia relacional das mulheres (IONTA, 2017). Da mesma forma, a identificação de constrangimentos à ação e a definição de possibilidades de ação, a partir da valorização de experiências interseccionais podem ser avaliadas diante do questionamento de padrões de opressão e dominação.

No processo fotoescrivente, as mulheres utilizam o espaço do registro fotográfico para tecer relatos que permitem levar em consideração a autonomia e a opressão, colocando ênfase nas formas de ressignificação da experiência e expondo a vivência concreta e diferenciada das relações de violência. Vimos como o trabalho fotográfico de Maria Paula Vieira entrelaça-se à elaboração de sua autonomia e refere-se tanto às condições em que escolhas são feitas, quanto à autodeterminação e autodefinição em parceria e cumplicidade com outras mulheres com deficiência. No encontro fotoescrivente, os interlocutores revelam como lidam, em sua experiência concreta, com assimetrias de poder e barreiras impostas à sua emancipação.

Acreditamos que a relação entre fotografia, escrivência e política está no fato de a imagem ser originada em uma situação de escuta, de contato com a alteridade e suas demandas. Nesse sentido, a dignidade do ser humano é construída por meio de um olhar que escuta o apelo endereçado por alguém e responde a ele, construindo uma relação

ética, de acolhimento e hospitalidade, a partir da precariedade comum que nos enlaça. Assim, resistências e transformações fotoescriventes contribuem para intervir em processos que tentam recorrentemente apagar e silenciar a beleza plural de formas de vida cintilantes.

Referências

ARFUCH, Leonor. Mujeres que narran: trauma y memoria. **Labrys**, estudos feministas, n. 15, 2009.

ARFUCH, Leonor. Sujetos y narrativas. **Acta Sociológica**, n. 53, p. 19-41, 2010.

BERGER, John. **Para entender uma fotografia**. São Paulo: Companhia das Letras, 2017.

BUENO, Winnie. **Imagens de controle**: um conceito do pensamento de Patrícia Hill Collins. Porto Alegre: Zouk, 2020.

BUTLER, Judith. **Relatar a si mesmo**: crítica da violência ética. Belo Horizonte: Autêntica, 2015.

CALDERÓN, Andrea Soto. **La performatividad de las imágenes**. Santiago de Chile: Ediciones Metales Pesados, 2020.

COLLINS, Patrícia Hill. **Pensamento feminista negro**: conhecimento, consciência e a política do empoderamento. São Paulo: Boitempo, 2019.

EVARISTO, Conceição. **A escrevivência serve também para as pessoas pensarem**. Entrevista concedida a Tayrine Santana e Alecsandra Zapparoli. São Paulo: Itaú Cultural, 09/11/2020. Disponível em: <https://www.itausocial.org.br/noticias/conceicao-evaristo-a-escrevivencia-serve-tambem-para-as- pessoas-pensarem/>. Acesso em: 01 jun. 2023.

EVARISTO, Conceição. Da grafia-desenho de minha mãe um dos lugares de nascimento de minha escrita. In: ALEXANDRE, Marcos Antônio (Org.), **Representações Performativas Brasileiras**: teorias, práticas e suas interfaces. Belo Horizonte: Mazza, p 16-21, 2007.

EVARISTO, Conceição. **Minha escrita é contaminada pela condição de mulher negra**. Entrevista concedida a Juliana Domingos de Lima. *Jornal Nexo*, 26/05/2017. Disponível em: <https://www.nexojornal.com.br/entrevista/2017/05/26/Conceição-Evaristo-‘minha-escrita-é-contaminada-pela-condição-de-mulher-negra>. Acesso em: 01 jun. 2023.

FELDHUES, Marina. (Foto)escrevivências, famílias negras e traumas coloniais: sobre meu encontro com as obras *Pontes sobre o Abismo* (2017) de Aline Motta e Travessia

(2019) de Safira Moreira. In: Trabalho apresentado no **44º Congresso Brasileiro de Ciências da Comunicação**, p.1-15, 2021.

FERREIRA, Luciana; ARAÚJO, Luísa; RODRIGUES, Maria; CÂMARA, Yanca. A escrevivência de Conceição Evaristo como estratégia político-discursiva de resistência: uma leitura da tessitura poético-corporal-negra em “Olhos d’água”. **Letras de Hoje**, v. 56, n. 2, p. 251–261, 2021.

HOOKS, bell. **Teoria feminista: da margem ao centro**. São Paulo: Perspectiva, 2019.

IONTA, Marilda. Das amigadas femininas e feministas. In: RAGO, Margareth; GALLO, Sílvio (Orgs.). **Michel Foucault e as insurreições: é inútil revoltar-se?** São Paulo: Intermeios, p. 375-386, 2017.

MACHADO, Ida Lucia. **Narrativas de vida: saga familiar & sujeitos transclasses**. Coimbra: Grácio Editor, 2020.

MACHADO, Ida Lucia. Narrativa de vida e construção de identidade. In: LIMBERTI, Gláucia Proença Lara; Rita Pacheco (Org.). **Discurso e (des)igualdade social**. São Paulo: Contexto, v.1 p. 129-142, 2015.

MARQUES, Angela; MARTINO, Luis Mauro Sá. **Mídia, ética e esfera pública**. Belo Horizonte, PPGCOM-UFGM, 2016.

NERES, Vilma. **Trajetórias e olhares não convexos das (foto)escre(vivências): condições de atuação e de (auto)representação de fotógrafas negras e de fotógrafos negros contemporâneos**. Dissertação de Mestrado em Relações Étnico-Raciais. Rio de Janeiro: Centro Federal de Educação Tecnológica Celso Suckow da Fonseca, 2016.

NERES, Vilma. **A escrita com a luz das fotoescrevivências**. Salvador: Edição do autor, 2021.

RAGO, Margareth. **A aventura de contar-se: feminismos, escrita de si e invenções da subjetividade**. Campinas: Unicamp, 2013.

SALIS, Louise; RICARDO, Dalma; PATROCÍNIO, Janaína; MARTINS, Paolo; PELACANI, Bárbara; COSTA, Rafael. Diálogos com a Educação Ambiental desde el Sur a partir da “fotoescrevivência”: possibilidades para pensar a formação em Ciências Biológicas. **Ensino, Saúde e Ambiente**, v. 14, p. 464-486, 2021.

TAVARES, Frederico; PORFÍRIO, Lucas. É preciso nomear Ricardo: jornalismo, história de vida e escrevivência. **Novos Olhares**, v. 10, n. 1, p. 27-41, 2021.

VIEIRA, Maria Paula. **Consolidada no mercado, fotógrafa cadeirante luta por mais inclusão: “Quero muitos comigo, voando”**. Entrevista concedida ao Bradesco. G1 VAE, 03/03/2023. Disponível em: <https://g1.globo.com/especial-publicitario/vae/noticia/2023/03/03/consolidada-no-mercado-fotografa-cadeirante-luta-por-mais-inclusao-quer-muitos-comigo-voando.ghtml>. Acesso em: 01 jun. 2023.

VIEIRA, Maria Paula. **Exposição fotográfica: mães invisíveis.** São Paulo: ViaQuatro, 21/09/2020. Disponível em:
<https://www.facebook.com/ViaQuatroSP/posts/pfbid0vyM1T9zjDJ9rALrib8tBgLuzzR RgBSpD6LjY65dxrpxxz1JExCTtexasVXWcoaxnml>. Acesso em: 01 jun. 2023.

VIEIRA, Maria Paula. Instagram @maaria_vieira. Disponível em:
https://www.instagram.com/maaria_vieira/. Acesso em: 01 jun. 2023.

VIEIRA, Maria Paula. Instagram @mpvfotografia. Disponível em:
<https://www.instagram.com/mpvfotografia/>. Acesso em: 01 jun. 2023.

VIEIRA, Maria Paula. **Moda e inclusão:** tudo sobre o estilo da fotógrafa e ativista Maria Paula Vieira. Entrevista concedida a The Look Stealers. Steal the Look, 14/05/2021. Disponível em: <https://stealthelook.com.br/moda-e-inclusao-tudo-sobre-o-estilo-da-fotografa-e-ativista-maria-paula-vieira/>. Acesso em: 01 jun. 2023.

VIEIRA, Maria Paula. **Mulheres com deficiência falam de sexualidade e de relacionamentos nas redes sociais.** Entrevista concedida a Havolene Valinhos. São Paulo: Folha de São Paulo, 20/09/2022. Disponível em:
<https://www1.folha.uol.com.br/cotidiano/2022/09/mulheres-com-deficiencia-falam-de-sexualidade-e-de-relacionamentos-nas-redes-sociais.shtml>. Acesso em: 01 jun. 2023.

VIEIRA, Maria Paula. **Sobre mim.** MPV Fotografia. Disponível em:
<https://mpvfotografia.com.br/sobre-mim/>. Acesso em: 01 jun. 2023.

VIEIRA, Maria Paula. **Tão bonita, pena que é cadeirante:** como a internet tem ajudado mulheres com deficiência a se sentirem mais bonitas. Entrevista concedida a Natalia Alves. Revista Trip, 22/01/2020. Disponível em:
<https://revistatrip.uol.com.br/tpm/mulheres-deficientes-e-autoestima-como-a-internet-ajuda-cadeirantes-a-se-sentirem-mais-bonitas>. Acesso em: 01 jun. 2023.